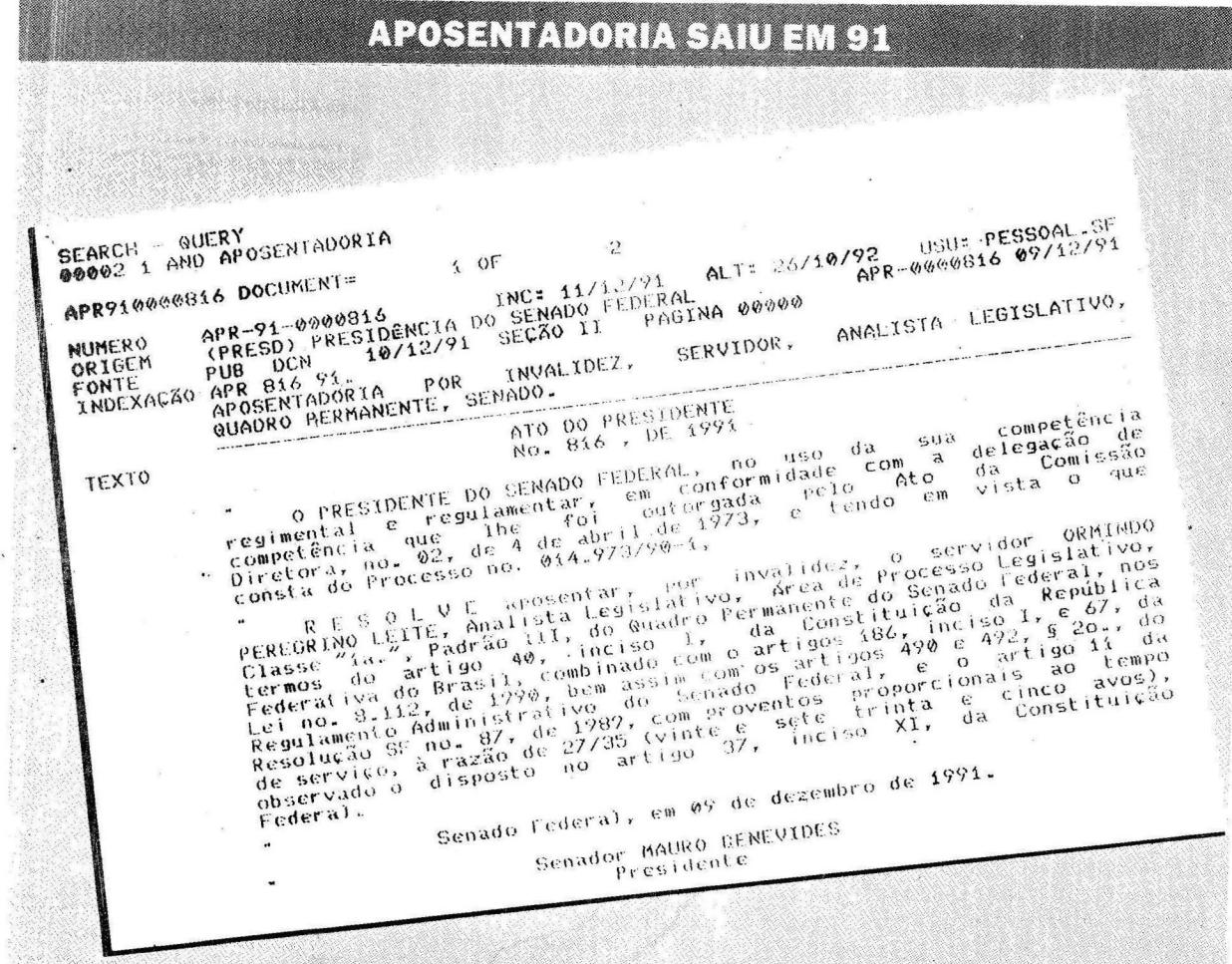


Senado paga aposentadoria a traficante

APOSENTADORIA SAIU EM 91



Jorge Vasconcellos

O Senado Federal mantém, com uma aposentadoria mensal de R\$ 2 mil, o ex-analista legislativo da Casa, Ormindo Peregrino Leite, condenado a 12 anos de prisão por tráfico de drogas e formação de quadrilha.

Analista legislativo da Representação do Senado no Rio, Ormindo foi preso com um carregamento de cocaína em setembro de 1984 e condenado no mesmo mês, segundo o Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (Desipe).

Informações da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da Polícia Federal apontam o envolvimento de Ormindo com o Comando Vermelho, organização criminosa que comanda o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro.

Illegal - A aposentadoria é inconstitucional. Ormindo deveria ter sido demitido, de acordo com o artigo 41 da Constituição: "O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa".

A sentença de Ormindo transitou em julgado em 28 de agosto de 1985, portanto, seis anos antes de sua aposentadoria.

Condenado a cumprir a pena em regime fechado, o traficante foi beneficiado pela Justiça com prisão albergue domiciliar em maio de 1989. E mais: teve a pena reduzida para dez anos e dois meses.

A aposentadoria foi concedida em 9 de dezembro de 1991, pelo então presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), em ofício de número 91-0000816.

De acordo com um assessor do Senado, que trabalhou com Mauro Benevides na época em que ele presidiu a Casa, o processo de aposentadoria foi encaminhado para o despacho sem que o senador tivesse conhecimento das atividades criminosas do funcionário. "Foi um despacho normal como qualquer outro. Benevides nunca imaginou isso e não foi avisado", garantiu o assessor.

Procurado ontem em suas residências em Brasília e Fortaleza, para falar sobre o assunto, Benevides não foi encontrado porque estava na cidade de Tarambú, interior do Ceará, em campanha, segundo informou sua empregada Beatriz da Silva.

Após ser condenado, Ormindo montou um esquema para continuar recebendo seu salário de analista legislativo. Foram encaimhadas, do Rio para o Senado,

em Brasília, várias licenças médicas informando que o funcionário estava sofrendo de problemas cardíacos.

Até que, em 1986, o Departamento de Pessoal do Senado enviou um médico ao Rio para examinar o funcionário. Lá, foi descoberto que Ormindo estava preso no Instituto Penal Plácido de Carvalho.

Em seguida, foi instaurado um inquérito administrativo no Senado, em que Ormindo foi acusado de falsidade ideológica, correndo o risco de ser demitido.

Mistério - Próximo de sua conclusão, o inquérito desapareceu misteriosamente do gabinete do então presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PP-RJ).

"O inquérito estava em cima da minha mesa. Não sei como aquilo aconteceu", recorda-se a ex-chefe de gabinete de Carneiro, Stella Moscoso. "Depois eu reconstitui todo o inquérito, que também desapareceu. Foi um período muito difícil para mim".

Uma alta funcionária do Senado, que não quis se identificar, revelou que estão em andamento sindicâncias para apurar o desaparecimento de inquéritos e processos administrativos contra funcionários da Casa, envolvidos com toda a sorte de crimes.